



# MADEIRA COM FUTURO

PROGRAMA ELEITORAL



 **iniciativa  
liberal**



# MADEIRA COM FUTURO

PROGRAMA ELEITORAL



# Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>CANDIDATOS</b>	<b>7</b>
<b>SISTEMA POLÍTICO E GOVERNAÇÃO</b>	<b>10</b>
AUTONOMIA	12
SISTEMA FISCAL	13
FINANÇAS PÚBLICAS	14
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
EMPRESAS PÚBLICAS	16
PODER LOCAL	17
PROTECÇÃO CIVIL	18
TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO	19
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	21
<b>ECONOMIA</b>	<b>22</b>
TURISMO	24
INFRAESTRUTURAS E OBRAS PÚBLICAS	25
TRANSPORTES E MOBILIDADE	27
ZONA FRANCA DA MADEIRA	28
ECONOMIA DIGITAL	29
EMPREENDEDORISMO	31
MAR	32
PESCAS	33
AGRICULTURA	34
ENERGIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	35
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	36
EMPREGO	38
<b>SOCIEDADE</b>	<b>39</b>
HABITAÇÃO	41
SAÚDE	42
EDUCAÇÃO	44
CULTURA	46
DESPORTO	47
FAMÍLIA E DEMOGRAFIA	48
INTEGRAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL	49

# MADEIRA COM FUTURO

# INTRODUÇÃO

A instabilidade política instalou-se na Madeira há 1 ano. Mas, na verdade, esta já está em gestão corrente há 10. Durante os Governos de Miguel Albuquerque os principais problemas da Madeira não foram resolvidos. Pelo contrário, muitos deles agravaram-se.

A “crise da habitação” não foi prevenida, e nada foi feito para a contrariar. A redução dos custos da construção, a utilização do património público devoluto e a revisão e a simplificação das regras urbanísticas e construtivas ficaram por fazer.

As listas de espera e as altas problemáticas não foram reduzidas. Os privados continuam a não ser chamados à resolução dos problemas crónicos do Serviço Regional de Saúde. Os medicamentos escasseiam e os privados que prestam serviços de saúde à Região, ou em substituição da mesma, recebem tarde e mal.

A economia continua excessivamente dependente do Turismo, que cá, como em todo o lado, vai batendo recordes, mas que, por falta de investimento e de capacidade de gestão, vê a qualidade do produto e da oferta degradar-se face às exigências da massificação da procura.

A estabilidade da Zona Franca não foi assegurada no Orçamento de Estado de 2025. O contencioso com a Comissão Europeia foi perdido. O novo regime de benefícios fiscais continua por aprovar e o Registo de Aeronaves não passa do papel.

O peso da Região na economia continua a ser excessivo e as empresas regionais continuam a depender de apoios públicos, que são pagos a conta-gotas e utilizados, muitas das vezes, para fazer face a despesas correntes de funcionamento, e não para realizar investimentos produtivos.

A receita fiscal e a despesa pública corrente não param de aumentar, sem que tal represente a melhoria da capacidade de resposta dos serviços públicos e/ou da produtividade da administração pública regional.

A Lei das Finanças Regionais não foi revista. O “sistema fiscal próprio” continua a ser uma miragem e o diferencial fiscal ainda não foi esgotado. Os Madeirenses continuam a pagar mais impostos do que os açorianos e a inflação consome os rendimentos e as poupanças das famílias.

A falta de transparência e a perceção da corrupção e do tráfico de influências não diminuíram, tendo-se tornado vox populi e despertado a atenção da Justiça e da comunicação social.

O risco de pobreza e de exclusão social não diminuiu, continuando a ser dos mais altos do país, e sem os apoios sociais muitos Madeirenses viveriam abaixo do limiar da pobreza.

Os jovens Madeirenses continuam a fugir da Madeira, e por muito que a guardem sempre no coração, não têm possibilidade ou vontade de voltar a casa.

A Autonomia não foi aprofundada, estando descredibilizada, desgastada e condicionada. Capturada por ações, práticas e episódios que corroem a credibilidade e a legitimidade daqueles que deveriam ser os seus protagonistas.

Por tudo isto, a Madeira precisa de virar de página.

A estabilidade e o futuro da Madeira passam por um projeto novo. Por um Governo que deixe de gerir no seu interesse próprio e no interesse dos seus. Que tenha a coragem e a vontade para inovar, reformar e executar.

A Madeira merece estabilidade, mas merece, acima de tudo, algo diferente e melhor.

Este programa eleitoral assume-se como uma agenda transformadora da Madeira. Pretende identificar os princípios e as linhas gerais para a transição para uma Madeira Com Futuro. Mais autónoma, mais moderna, mais credível, mais desenvolvida e mais justa.

E também para uma Madeira mais livre. Para uma Madeira na qual os Madeirenses não tenham medo de exercer e viver a Democracia. Medo de serem penalizados por expressarem e assumirem posições divergentes. Por rejeitarem aquilo com que não concordam e que não aceitam tolerar.

É chegado o momento da estabilidade política e do desenvolvimento económico beneficiarem a generalidade dos Madeirenses.

**Para tanto, a Iniciativa Liberal propõe e compromete-se a defender:**

- O aprofundamento da Autonomia nas suas vertentes fundamentais, colocando a mesma ao serviço da Madeira e dos Madeirenses e cimentando os alicerces do desenvolvimento e do orgulho regional.
- A transparência e a ética no exercício da atividade política, pondo termo aos conflitos de interesses e à informalidade que consomem os recursos públicos e agravam as desigualdades.

- A diminuição do peso da Região na economia e na sociedade, criando um clima de liberdade económica e social propício ao desenvolvimento da Madeira e ao exercício da Democracia.
- A redução da carga fiscal sobre os cidadãos e sobre as empresas, deixando mais dinheiro no bolso dos Madeirenses, potenciando o crescimento económico, a criação de emprego e o aumento dos salários e dos rendimentos.
- A redução e controlo da despesa pública improdutivo, libertando os meios necessários para realizar os investimentos que a Madeira necessita e para apoiar os mais necessitados de forma eficaz e justa.
- A participação dos privados na resolução dos principais problemas da Madeira, criando condições para que coloquem mais casas no mercado, tratem os doentes que o SESARAM não atende e desenvolvam a sua atividade com mais responsabilidade social e ambiental.

Com a Iniciativa Liberal

Por uma Madeira com Futuro!



# CANDIDATOS



## CANDIDATOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



**1. Gonçalo Maia Camelo**

50 anos, Advogado



**2. Rosie Bayntun**

29 anos, Account Manager



**3. Sara Luísa Jardim**

44 anos, Consultora Imobiliária e Team Leader



**4. António Luís Teixeira De Nóbrega**

51 anos, Técnico Superior da Função Pública / Formador



**5. Jorge Humberto Ramos Santos Faria**

39 anos, Gestor de Empresas



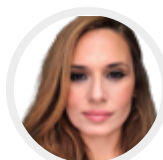
**6. Maria Helena Figueirôa**

62 anos, Professora



**7. Francisco de Santa Clara Costa**

54 anos, Empresário



**8. Bárbara Gil**

46 anos, Artista Plástica



**9. Nuno Trindade Fernandes**

47 anos, Gestor de Empresas



**10. Carla Chatterley**

56 anos, Professora



11. André Conde
12. Beatriz Jardim
13. João Corte Fernandes
14. Cristina Pinto
15. André Pereira Freitas
16. Adelina Rodrigues
17. Roberto Jesus
18. Tânia Manso
19. Vítor Gomes
20. Suzana Luzia dos Santos Silva
21. Nuno Indalécio Sousa
22. Catarina Caldeira
23. Rui Tomé
24. Carolina Pereira
25. Carlos Vieira
26. Vanessa Medeiros
27. Rodolfo Novita
28. Joana Alice Ramos
27. Ruben Cardoso
28. Alexandra Cristina Freitas
29. Agostinho Inelso Ribeiro
30. Joana Chatterley
31. João Barros
32. Mariana Albertina Costa
33. Marco Leça
34. Andreia Carina Branco
35. Maurílio Aguiar
36. Ana Isabel Afonso
37. Jorge Simões
38. Teresa Calaça
39. Luís Maurício Fernandes
40. Maria Inês Costa Neves
41. Ricardo Viana
42. Fátima Ferreira
42. Francisco Câmara
43. Sónia Gomes
44. Policarpo Rodrigues
45. Mariana Chatterley
46. Tiago Santos
47. Saturnina Conde
48. Joaquim Conde
49. Ana Mafalda Maia Camelo
50. Jorge Caldeira
51. Letícia Marília Skiriba
52. Paulo César Gomes
53. Margarida Antunes
54. Jorge Costa
55. Rafaela Camacho Barros
56. Emanuel João Gouveia
57. Ana Suse Ferreira
58. Tiago Fernandes
59. Patrícia Ferreira
60. Cristiano Roque
61. Carolina Alves
62. Aurélio Rodrigues
63. Laura Teixeira
64. Óscar Branco
65. Marina Huber
66. Ricardo Relvas
67. Márcia Teixeira
68. Afonso Moreira
69. Sara Pinto
70. Hugo Câmara
71. Cecília Câmara
72. Cristiano Andrade
73. Natércia Gonçalves
74. Renato Santos
75. Elena Maritza Sá
76. Eduardo Patrício
77. Leonor Caldeira
78. Luís Mauricio
79. Maria Cristina Faria
80. Luís Miguel Pereira
81. Lucília Aveiro
82. Afonso Pires
83. Margarida Pestana
84. João Augusto Costa
85. Cláudia Loureiro
86. João Carlos Teixeira
87. Duarte Gouveia
88. Sílvia Caldeira
89. Óscar Pereira
90. Francisco Teixeira
91. Susana Ferreira
92. Manuel Nóbrega
93. Filipa Carvalho Vieira
94. João Teixeira



# SISTEMA POLÍTICO E GOVERNAÇÃO



 iniciativa  
liberal

# SISTEMA POLÍTICO E GOVERNAÇÃO

A Madeira necessita de uma estrutura política e administrativa que promova a eficiência, a proximidade e que potencie a concretização plena da verdadeira Autonomia Regional, livre de preconceitos e de contenciosos. A Iniciativa Liberal defende a adoção de uma estratégia que simplifique as estruturas governativas, elimine redundâncias e coloque o poder mais próximo dos cidadãos. Apostamos numa gestão moderna e transparente, com maior capacidade legislativa e administrativa, alinhada com as especificidades, necessidades e expectativas da Região. Queremos uma Madeira governada de forma autónoma e responsável, com integridade e agilidade, livre de burocracias excessivas e com instituições fortes e focadas no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida e interesses de todos os Madeirenses.

# AUTONOMIA

A Madeira reclama uma autonomia mais robusta, alinhada com as necessidades e aspirações dos Madeirenses, baseada na gestão plena dos recursos regionais, na clarificação dos poderes legislativos e no reforço do envolvimento da Região em decisões estratégicas nacionais e internacionais. Propomos a eliminação de barreiras políticas, como o cargo de Representante da República e a criação de um sistema fiscal regional adaptado, que garanta que a riqueza gerada na Madeira permanece ao serviço da Região. Defendemos uma Madeira com mais poder de decisão, mais autonomia financeira e maior protagonismo no contexto europeu, e não abdicamos do cumprimento do princípio da continuidade territorial, nem do reconhecimento das especificidades da ultraperiferia.

- **Conclusão** da revisão da Lei das Finanças Regionais, garantindo:
  - o reforço do poder tributário próprio da RAM, nomeadamente, dos poderes de adaptação do sistema fiscal nacional, permitindo a criação de um verdadeiro Sistema Fiscal Regional competitivo e eficiente;
  - a concretização plena dos princípios já consagrados na mesma, em especial, os da autonomia e da estabilidade financeira da RAM; e,
  - que toda a receita fiscal gerada na RAM é efetivamente pertença desta e entregue à mesma, com especial enfoque na alteração do regime de capitação do IVA.
- **Cumprimento** integral, por parte da República, do princípio da regionalização dos serviços, assegurando a transferência dos meios financeiros adequados para fazer face aos encargos de funcionamento dos serviços regionalizados.
- **Respeito** e aplicação do princípio constitucional da continuidade territorial, em especial, no âmbito da compensação dos sobrecustos

da ultraperiferia e da mobilidade, garantindo igualdade de oportunidades para todos os residentes e todas as empresas regionais.

- **Clarificação** e reforço dos poderes legislativos da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, que vêm sendo sucessivamente interpretados de forma restritiva pelo Tribunal Constitucional, reforçando a capacidade para legislar sobre matérias específicas e de interesse regional.
- **Promoção** da produção legislativa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, bem como da sistematização e codificação da legislação regional, permitindo a criação de um verdadeiro ordenamento jurídico regional.
- **Concretização** do estatuto específico da ultraperiferia consagrado no Tratado da União Europeia, reconhecendo e aplicando o direito de adoção de políticas e medidas específicas em matérias fundamentais para a Região.
- **Consagração** e aplicação do direito de representação, de participação e de intervenção da Região nos procedimentos, internacionais, comunitários e nacionais, relativos a matérias e assuntos de interesse específico, assegurando maior envolvimento nas decisões estratégicas que afetam a mesma.
- **Reconhecimento** e reforço dos poderes de jurisdição da Região sobre os bens do domínio público localizados na Região, em especial, do Domínio Público Marítimo, garantindo maiores poderes de controlo e de gestão de recursos estratégicos.
- **Extinção** do cargo do Representante da República e transferência das respetivas competências para o Presidente da República, eliminando barreiras físicas e simbólicas à concretização plena da Autonomia.

## SISTEMA FISCAL

A experiência comparada (Irlanda, Malta e Chipre, entre outros países) demonstra que a competitividade fiscal constitui o principal fator de desenvolvimento das economias insulares, sendo um dos poucos instrumentos de captação de investimento e de profissionais qualificados que se encontram à disposição das mesmas. Acresce que, os constrangimentos próprios da insularidade afetam, necessariamente, o rendimento disponível dos residentes nas regiões ultraperiféricas, que são tradicionalmente confrontados com custos de vida mais elevados e com rendimentos médios inferiores. Os Tratados da União Europeia reconhecem estas evidências, prevendo que as regiões ultraperiféricas podem adotar medidas específicas em matéria de política fiscal e de auxílios estatais.

- **Afirmação** da Região como uma zona de baixa fiscalidade, ao nível das mais competitivas no âmbito da União Europeia, pautada pela aplicação e cumprimentos das normas e das práticas de prevenção da evasão fiscal internacionalmente estabelecidas, promovendo a atratividade para investimentos e atividades empresariais e a criação de postos de trabalho qualificados e bem remunerados.
- **Avaliação** da possibilidade de o regime fiscal da Zona Franca da Madeira ser convertido no regime geral da Região, passando a ser aplicável a toda a atividade empresarial desenvolvida na mesma, nomeadamente, com base no estatuto específico da ultraperiferia constante do Tratado da União Europeia.
- **Aplicação** do atual diferencial fiscal de 30% a todas as taxas de IRS, incluindo as especiais, liberatórias e de retenção na fonte, e de IVA, e avaliação da possibilidade de aumento desse diferencial fiscal, aumentando o rendimento disponível dos particulares e das empresas.
- **Avaliação** da possibilidade, legal e financeira, de extensão do diferencial fiscal aos restantes impostos cobrados na RAM e que constituam receita desta, bem como aos impostos que constituem receita dos Municípios, tornando a competitividade fiscal transversal a toda a economia.
- **Adaptação** do regime dos benefícios fiscais contratuais, dos benefícios fiscais ao investimento, do patent box e do mecenato, tornando-os ferramentas credíveis e eficazes para atrair e concretizar investimentos estratégicos na RAM.
- **Vinculação** da AT-RAM à jurisdição dos tribunais arbitrais, nomeadamente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), garantindo maior celeridade e eficiência na resolução de litígios tributários.

# FINANÇAS PÚBLICAS

A despesa pública excessiva compromete o desenvolvimento económico, dificulta a descida da carga fiscal, absorve a riqueza e a poupança privada e inviabiliza a concretização dos investimentos e dos apoios que se revelam essenciais do ponto de vista económico e social. A gestão eficiente e transparente das finanças públicas é essencial para reduzir o desperdício, aliviar a carga fiscal e garantir que cada euro gasto beneficia efetivamente os cidadãos. Com transparência total e escrutínio público, queremos eliminar a opacidade e instaurar uma cultura de responsabilidade na administração dos recursos públicos. Assim, criamos uma Região mais ágil, menos onerosa e focada no que realmente importa: servir os Madeirenses com qualidade e eficácia.

- **Aprovação** de um Plano Estratégico de Redução da Despesa Pública, prevendo metas e medidas concretas temporalmente definidas e identificando os responsáveis pela respetiva supervisão, implementação e fiscalização.
- **Identificação** das entidades, organismos e serviços inúteis, injustificados ou redundantes, promovendo a respetiva extinção, reorganização ou concentração.
- **Reestruturação** do sector empresarial da Região, identificando as empresas e participações que não se revelam estratégicas ou justificadas e promovendo a respetiva alienação, ou, no limite, extinção.
- **Implementação** progressiva de procedimentos e requisitos próprios do “Orçamento de Base Zero”, pondo termo à prática dos orçamentos incrementais, que permite o respetivo aumento anual sem necessidade de justificação das despesas a incorrer e dos resultados a obter.
- **Garantia** de total transparência na execução orçamental, disponibilizando as informações para consulta pelo Tribunal de Contas, permitindo uma fiscalização rigorosa da eficiência e eficácia na gestão orçamental.
- **Exigência** da análise de custo-benefício para as despesas de maior impacto, justificando a necessidade e a racionalidade despesa, comparando alternativas disponíveis e promovendo escolhas que garantam maior eficiência na utilização dos recursos públicos.
- **Fixação** de limites claros e fundamentados ao recrutamento e substituição de funcionários públicos e à contratação de fornecimentos e serviços externos.
- **Previsão** dos ciclos de aposentação de funcionários públicos, estabelecendo um programa de rejuvenescimento da função pública e de regresso dos jovens Madeirenses que se encontram deslocados fora da Região.
- **Criação** do Programa Poupar Premiar, atribuindo prémios aos trabalhadores do setor público que apresentem e concretizem propostas de redução de despesas.
- **Promoção** da transparência e do escrutínio, assegurando que os orçamentos da Administração Pública possam ser integralmente consultados e escrutinados por todos os cidadãos, reforçando a confiança pública e a responsabilidade governamental.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uma administração pública eficiente, transparente e orientada para os cidadãos é a base de um Estado funcional e menos intrusivo. A Iniciativa Liberal defende uma revolução nos serviços públicos, com foco na simplificação, digitalização e profissionalização. Propomos uma estrutura enxuta, baseada no mérito e na competência, que elimine a burocracia desnecessária e aproveite ao máximo os recursos disponíveis. Ao modernizar processos, digitalizar serviços e valorizar o desempenho, criamos uma administração ágil, acessível e preparada para enfrentar os desafios de uma sociedade moderna. Com menos desperdício e mais resultados, colocamos os cidadãos no centro da ação pública.

- **Simplificação** dos processos administrativos, eliminando burocracias que dificultam a agilidade na resposta aos cidadãos e promovendo a eficiência organizacional.
- **Digitalização** e modernização integral dos serviços públicos, assegurando mais transparência, acessibilidade e redução de custos administrativos.
- **Implementação** de um sistema de avaliação de desempenho e mérito para os funcionários públicos, incentivando a produtividade, eficácia e o profissionalismo com base em critérios claros e justos.
- **Reengenharia** dos processos administrativos, com automatização de fluxos de trabalho, substituindo procedimentos sequenciais por processos paralelos para acelerar a tomada de decisões e reduzir prazos.
- **Eliminação** de cargos intermediários desnecessários, promovendo uma estrutura enxuta e eficiente, com foco na redução de desperdícios e na melhoria dos resultados.
- **Reorganização** de serviços públicos para otimizar o número de funcionários e redistribuir recursos humanos, com progressões na carreira atreladas a desafios maiores, funções de responsabilidade e meritocracia.
- **Combate** à política de nomeações partidárias em cargos técnicos, assegurando que a administração pública valorize o mérito, a competência e o profissionalismo.
- **Garantia** de que as Ofertas Públicas de Emprego sejam realizadas dentro de prazos definidos, com transparência total e foco na atração de talentos qualificados.
- **Desenvolvimento** de uma Agenda Digital Integrada, priorizando a interoperabilidade de serviços governamentais e a conectividade em toda a região.
- **Capacitação** de funcionários públicos em Tecnologias de Informação e Comunicação, preparando-os para a transformação digital e aumentando a eficiência no desempenho das funções.
- Integração eletrónica dos sistemas administrativos com soluções de “janelas únicas”, otimizando os procedimentos intragovernamentais e promovendo a cooperação tecnológica com os serviços nacionais.
- **Promoção** do uso generalizado da assinatura eletrónica em atos governamentais e para os cidadãos, simplificando processos e reforçando a transparência nas operações.
- **Adoção** de modelos robustos de segurança de dados e proteção de informações digitais, fortalecendo a confiança nos serviços públicos e garantindo a preservação da privacidade.

# EMPRESAS PÚBLICAS

A Madeira tem sido refém de um modelo de governação excessivamente centralizado, onde o sector público se expandiu para além das suas funções essenciais, sufocando a iniciativa privada e comprometendo a eficiência dos serviços públicos. A presença estatal na economia regional criou ineficiências estruturais, monopólios artificiais e oportunidades de captura partidária, desincentivando a concorrência e a inovação. Para inverter esta realidade, a Iniciativa Liberal propõe uma reforma profunda, baseada em três eixos fundamentais: **desestatização, despolitização e eficiência.**

- **Libertação da economia local da intervenção governamental,** removendo barreiras administrativas e fiscais que desincentivam o investimento privado.
- **Venda e concessão de empresas públicas** não essenciais, assegurando que apenas setores de monopólio natural ou de interesse estratégico permanecem na esfera pública.
- **Abolição de subsídios e apoios distorcivos,** privilegiando incentivos fiscais e regulatórios que fomentem um mercado mais competitivo.
- **Concursos públicos transparentes para a administração de empresas públicas,** assegurando que apenas gestores qualificados lideram os serviços essenciais.
- **Revisão da governação das sociedades públicas,** impondo critérios de performance e objetivos financeiros rigorosos para evitar o uso partidário dos recursos públicos.
- **Proibição da acumulação de cargos políticos com funções executivas em empresas públicas,** assegurando que a gestão dessas entidades serve os cidadãos e não interesses partidários.
- **Dissolução de monopólios artificiais,** garantindo que sectores como agricultura, energia, transportes e comunicações estejam abertos à concorrência privada.



## PODER LOCAL

A descentralização é um passo essencial para aproximar o poder dos cidadãos, garantindo decisões mais ágeis, eficazes e adaptadas às realidades locais. A Iniciativa Liberal defende uma descentralização que promova eficiência, contenção de custos e maior transparência, eliminando duplicações desnecessárias e maximizando os recursos disponíveis. Apostamos numa administração pública leve e moderna, com metas claras, monitorização rigorosa e um foco inequívoco na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, alinhando cada passo aos princípios de eficiência e responsabilidade liberal. Defendemos um novo paradigma de governação da RAM, que dê ao Poder Local e às comunidades locais o papel e a relevância que as mesmas merecem.

- **Aprovação** célere do diploma legislativo que regula a transferência de competências para as Autarquias Locais da RAM e que permita a respetiva concretização prática, bem como a identificação das competências a transferir.
- **Fixação** de metas e critérios claros a observar na transferência de competências, com foco na melhoria dos serviços ao cidadão e na otimização de recursos, garantindo a contenção de custos, eliminando duplicações de estruturas, serviços ou cargos, e promovendo uma administração pública mais próxima, leve e eficaz.
- **Quantificação** rigorosa dos custos associados à transferência de competências, incluindo infraestruturas, pessoal e eventuais compensações, garantindo total transparência e previsibilidade dos encargos financeiros a incorrer, bem como a adequada cobertura dos custos adicionais a suportar pelas Autarquias Locais.
- **Cumprimento** da obrigação de transferência dos meios, materiais e humanos, necessários ao adequado exercício das competências a transferir, evitando sobrecarga de custos ou redução da qualidade e da capacidade de resposta dos serviços, mas sempre no pressuposto da obtenção de poupanças e ganhos de eficiência e de respeito do princípio da subsidiariedade.
- **Implementação** de relatórios anuais de monitorização dos custos e poupanças gerados pela transferência de competências, assegurando o controlo e a responsabilização na utilização dos recursos públicos.
- **Promoção** da digitalização e simplificação administrativa, eliminando burocracias e garantindo interoperabilidade entre os sistemas, de forma mitigar os efeitos e os impactos da transferência de competências e assegurar eficiência operacional.

# PROTECÇÃO CIVIL

Uma protecção civil eficaz é essencial para garantir a segurança das populações e a resiliência da Madeira face a riscos e catástrofes. A Iniciativa Liberal defende uma abordagem integrada, com estruturas centralizadas, profissionais altamente qualificados e equipados, e uma forte aposta na prevenção e coordenação estratégica. Queremos capacitar a Região com tecnologia de ponta, promover campanhas de sensibilização e reforçar a cooperação internacional, assegurando uma resposta ágil e eficiente em situações de emergência. Com foco na transparência e na eficácia, pretendemos construir uma Madeira mais segura, resiliente e preparada para enfrentar qualquer desafio.

- **Integração** da Madeira no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais gerido pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, permitindo o acesso a protocolos existentes a nível europeu e conhecimentos e recursos adicionais.
- **Investimento em equipamentos** de abastecimento móvel dos meios aéreos de combate a incêndios, assegurando o respetivo reabastecimento célere e sem interrupção prolongada das operações.
- **Criação** de um Regimento Único de Sapadores Bombeiros Profissionais da Madeira, integrando todas as unidades existentes, com profissionais altamente qualificados e equipados com tecnologia de última geração.
- **Centralização** da linha de comando para garantir eficiência no combate a incêndios e na gestão de catástrofes, melhorando a coordenação e a resposta em situações críticas.
- **Reforço** do contingente de pessoal da Guarda Florestal afeto à prevenção, promovendo a execução de fogo controlado da vegetação, a limpeza e remoção de material combustível, a execução e execução de ancoragens e faixas de protecção e a monitorização contínua.
- **Centralização** da formação, prevenção e combate, concentrando também a coordenação de gestão de catástrofes na mesma estrutura.
- **Revisão** das cartas de suscetibilidade a cheias e inundações para redefinir estratégias e comportamentos preventivos, melhorando a resposta a riscos naturais.
- **Investimento** em prevenção de catástrofes, com prioridade na redução da carga combustível em espaços florestais e na criação de pontos estratégicos para o controlo eficaz de incêndios.
- **Promoção** de cooperação contínua entre autoridades locais, regionais e nacionais, incluindo a criação de sistemas de alerta comuns e intervenções rápidas, garantindo maior eficácia na resposta a emergências.
- **Desenvolvimento** de campanhas regulares de informação pública para capacitar a população em respostas iniciais a catástrofes, promovendo maior resiliência comunitária.
- **Reforço** da cooperação internacional em formação, investigação e inovação, promovendo a partilha de boas práticas e o aprimoramento das capacidades de gestão e resposta a emergências.

# TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A transparência é a base de uma democracia saudável e o principal antídoto contra a corrupção. A Iniciativa Liberal defende uma administração pública aberta, responsável e acessível, onde os cidadãos possam acompanhar, escrutinar e confiar na gestão dos recursos públicos. Propomos medidas rigorosas para reforçar o controlo sobre incompatibilidades, aumentar a clareza nos processos de decisão e digitalizar os mecanismos administrativos, eliminando brechas para abusos. Com foco na despartidarização, na proteção de denunciantes e na criação de portais acessíveis e interligados, queremos garantir que a Madeira se torna referência em integridade pública e eficiência governativa.

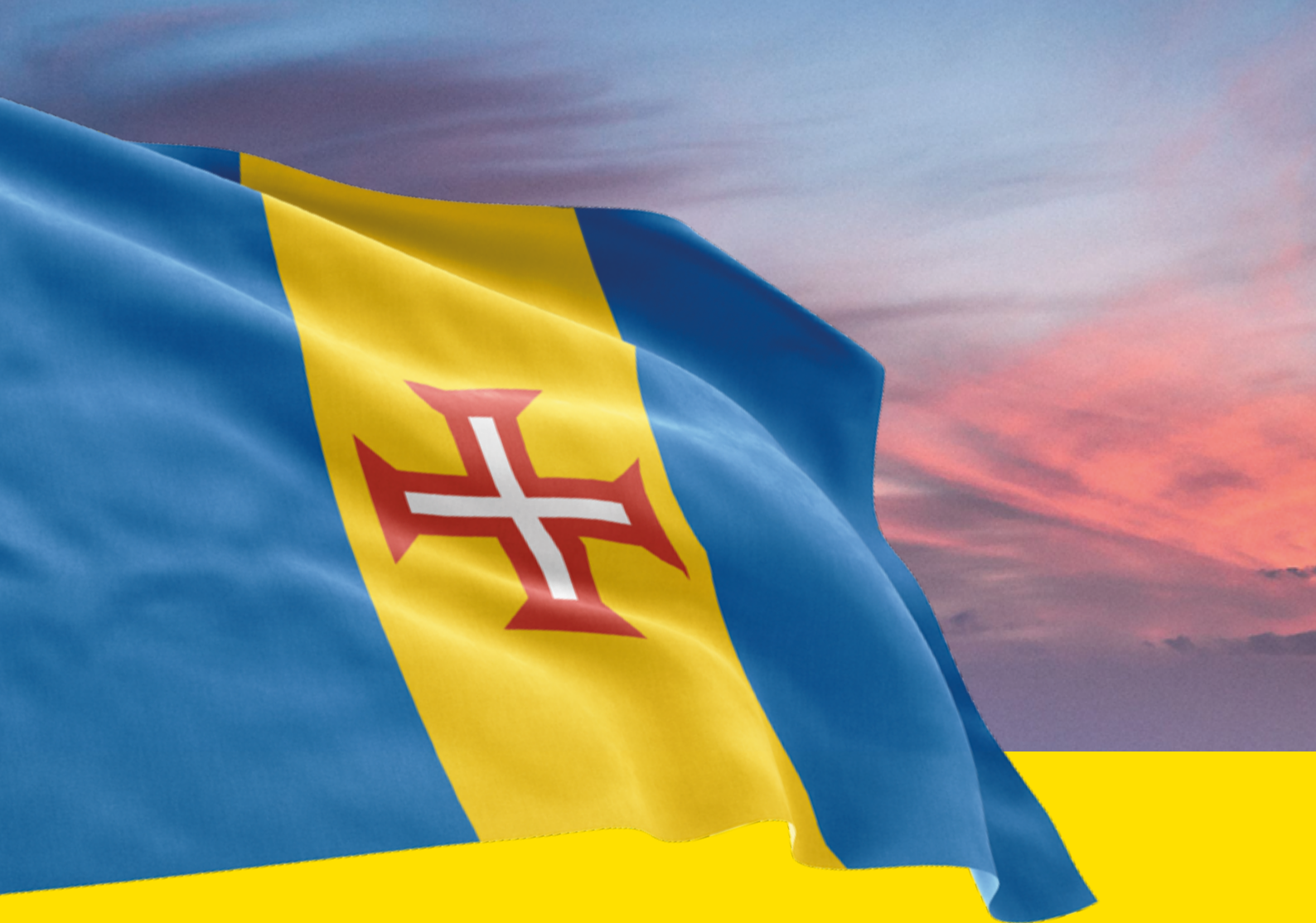
- **Introdução** de um questionário de verificação prévia de incompatibilidades, conflitos de interesses e proibidade, a preencher pelos candidatos a membros do Governo Regional, gestores públicos e diretores regionais, aumentando o escrutínio e a transparência no âmbito dos processos de escolha e nomeação.
- **Implementação plena e eficaz do Portal da Transparência Madeira**, assegurando que também disponibiliza em tempo real dados relativos a gastos, contratos, nomeações e indicadores de desempenho das empresas e organismos públicos.
- **Fiscalização** independente e auditorias externas periódicas a todas as empresas e organismos públicos, garantindo accountability e eficiência.
- **Revisão** e aplicação rigorosa do regime de incompatibilidades, bem como da declaração e registo de património e interesses de titulares de cargos públicos regionais, assegurando maior fiscalização e menos conflitos de interesses.
- **Redução drástica do número de assessores, consultores políticos e outros cargos de confiança**, promovendo uma administração pública profissional e despartidarizada.
- **Regulamentação** e aplicação efetiva da lei do lobbying, do registo de transparência e da pegada legislativa, promovendo processos de decisão claros e acessíveis à generalidade dos cidadãos.
- **Aprovação** de Códigos de Conduta para titulares de altos cargos públicos regionais, estabelecendo as regras e obrigações a observar pelos mesmos no exercício das suas funções.
- **Definição** de regras e critérios rigorosos para os procedimentos de seleção e nomeação para cargos de direção superior da Administração Pública e gestores públicos, fiscalizados pela Assembleia Legislativa Regional, assessorada por uma Comissão Regional de Recrutamento e Seleção.
- **Simplificação** e digitalização dos procedimentos administrativos, incluindo licenciamentos e recrutamento de pessoal, com publicidade total dos processos e aprofundamento de mecanismos de transparência.
- **Ampliação** da qualidade da informação estatística publicada nos portais da transparência, com destaque para o Portal BASE e o Portal Mais Transparência, criando-se, se tal se revelar inviável, um portal autónomo, dedicado exclusivamente à Região.
- **Clarificação** das regras de competências e incompatibilidades nos procedimentos de gestão, avaliação e atribuição de apoios comunitários, garantindo a independência técnica e a ausência de conflitos de interesse.

- **Garantia** de proteção total para denunciantes de irregularidades, incluindo apoio jurídico gratuito e proteção contra represálias.
- **Monitorização** rigorosa dos prazos e da qualidade dos serviços públicos, assegurando cumprimento das obrigações legais e comunicação clara com os cidadãos em caso de atrasos.
- **Inclusão** da componente da Cultura Ética e Cívica nos currículos escolares, promovendo uma cultura de responsabilidade e transparência desde cedo.
- **Fim da utilização de recursos públicos para autopromoção política**, fiscalizando e punindo o uso indevido de fundos e recursos públicos em ações de propaganda ou promoção governamental.

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para a Iniciativa Liberal a cooperação internacional é uma forma de ampliar horizontes e criar oportunidades de desenvolvimento sustentado, sobretudo numa região insular como a Madeira. Queremos uma Madeira presente nos principais centros decisórios e aberta ao mundo, empenhada em moldar o seu próprio futuro e em assumir um papel central na promoção dos valores liberais da liberdade, responsabilidade e tolerância. Dedicaremos especial atenção à diáspora Madeirense que desempenha um papel fundamental neste processo, sendo uma ponte para a internacionalização da Madeira e um ativo estratégico para o seu crescimento económico e cultural.

- **Reforço** da presença e representação da Madeira nas instituições comunitárias e internacionais, com enfoque no Comité das Regiões, garantindo voz ativa e defesa intransigente dos interesses regionais.
- **Aprofundamento** das parcerias comerciais, económicas e culturais no espaço da Macaronésia, explorando sinergias que ampliem oportunidades de investimento e cooperação mútua.
- **Priorização** do combate à insularidade e da melhoria das condições de vida e de desenvolvimento da Madeira, maximizando o impacto dos fundos estruturais e potenciando a autonomia regional.
- Celebração de protocolos de divulgação e promoção da cultura e das tradições madeirenses, promovendo a troca de experiências e de informação e reforçando os laços entre as comunidades no estrangeiro e a Região.
- **Simplificação** dos procedimentos de integração de imigrantes, do acolhimento de nómadas digitais e do regresso de madeirenses, eliminando a burocracia, facilitando investimentos e promovendo condições de integração plena na sociedade e na economia regional.
- **Articulação** estreita com a rede consular portuguesa, promovendo a criação de canais de contacto e de partilha de informação com a diáspora Madeirense e o reforço diplomacia cultural e económica.
- **Criação do Portal do Emigrante Madeirense**, uma plataforma digital para simplificar o acesso a serviços públicos, oportunidades de investimento e apoio ao regresso à Região.
- **Extensão e aplicação** do Programa Regressar na Madeira, proporcionando benefícios fiscais, apoios ao empreendedorismo e facilitação da mobilidade laboral para os emigrantes que pretendam regressar à Região.
- **Promoção**, em articulação com Associações Empresariais, de eventos anuais de **networking e cooperação** entre empresários madeirenses e membros da diáspora, para estimular parcerias estratégicas e o intercâmbio de conhecimento.
- **Criação de um Cartão do Madeirense no Estrangeiro**, garantindo benefícios em serviços públicos, transportes públicos e acesso a programas culturais e turísticos na Região.
- **Expansão** dos programas de ensino da língua e cultura madeirense para as comunidades da diáspora, fortalecendo a identidade cultural e os laços com a Região.



# ECONOMIA



**i** iniciativa  
liberal

# ECONOMIA

A prosperidade dos madeirenses depende de uma economia livre, dinâmica e competitiva, onde as pessoas tenham oportunidades verdadeiras para construir o seu futuro. A Iniciativa Liberal defende um modelo económico que liberte o potencial dos madeirenses, removendo barreiras, reduzindo impostos e permitindo que o investimento privado crie riqueza e emprego sustentável. Com menos intervenção estatal e mais liberdade económica, garantimos um mercado vibrante, com melhor emprego e qualidade de vida, onde cada cidadão pode transformar uma ideia num projeto de vida, onde os jovens encontram oportunidades sem precisar de sair e onde as futuras gerações herdam uma Região dinâmica, inovadora, próspera, e preparada para o futuro.

## TURISMO

O Turismo é um pilar essencial da economia da Madeira, desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento da região e no bem-estar dos Madeirenses. Para além de gerar receitas e criar emprego, é também um dos grandes impulsionadores do empreendedorismo e da inovação, promovendo a identidade cultural e valorizando o património natural único do arquipélago. Sendo garantida uma oferta diversificada e de elevada qualidade, capaz de responder às pressões da procura, a Região pode afirmar-se como um destino de excelência e sustentável, contribuindo de forma decisiva para o crescimento económico e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

- **Renovação** das infraestruturas turísticas, incluindo miradouros, trilhos, praias e acessos a locais de interesse, com especial atenção às áreas protegidas, bem como melhoria das estradas secundárias, particularmente na costa norte, para incentivar passeios pedestres e cicloturismo.
- **Implementação** de sistemas de monitorização digital em pontos turísticos, permitindo a realização de estudos técnico-científicos para determinar a capacidade de carga de locais turísticos, uma gestão com base em dados reais e o reforço da fiscalização nas zonas sensíveis.
- **Revisão** da parceria com o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), melhorando a experiência turística, reorganizando o território em áreas naturais de destaque e implementando sistemas de reservas que facilitem o acesso, aumentem as receitas e reduzam a dependência de fundos públicos.
- **Aplicação** de novos modelos de gestão e exploração dos equipamentos e pontos turísticos, fomentado a participação e o envolvimento das comunidades locais e as parcerias público-privadas.
- **Implementação** de estratégias geradoras receita, consolidando a identidade do destino e promovendo sua sustentabilidade financeira, nomeadamente através da criação de uma plataforma oficial para reservas de experiências turísticas, do licenciamento de merchandising de produtos, marcas, denominações e símbolos regionais e da dinamização da comercialização de produtos e serviços turísticos nos postos e estabelecimentos de turismo.
- **Afetação** das receitas provenientes das taxas turísticas à realização de investimentos no sector, avaliando-se a possibilidade de criação um Fundo de Investimento Turístico, gerido e financiado em parceria com os privados.
- **Criação** de um Conselho do Turismo composto por players regionais, nacionais e internacionais, incluindo representantes de companhias aéreas, operadores turísticos, startups e hotéis, com o objetivo de promover workshops de âmbito global e aplicar tecnologia avançada de análise de dados de feedback e trends, convertendo informações em ações estratégicas concretas.
- **Desenvolvimento** de campanhas direcionadas a nichos de alto valor, como turismo ativo, cultural e de luxo, e valorizar o prolongamento da estadia média dos turistas. Simultaneamente, reforçar mercados estratégicos e diversificar os mercados emissores.
- **Dinamização** da ligação entre a Universidade da Madeira, a Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira, os estabelecimentos de ensino privados e as empresas locais, promovendo a criação de programas educativos alinhados com as necessidades específicas da região e valorizando o desenvolvimento de competências estratégicas para o setor.



- **Promoção** da qualificação no setor turístico através da criação de sistemas de formação e certificação dos guias turísticos que operem na Madeira, assegurando um nível adequado de conhecimento sobre o património natural, cultural e histórico da região.
- **Adoção** de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para monitorizar o impacto das políticas implementadas, identificar carências e oportunidades de melhoria e sustentar as medidas a adotar.

## INFRAESTRUTURAS E OBRAS PÚBLICAS

As infraestruturas são essenciais para a competitividade económica e a qualidade de vida na Madeira. A Iniciativa Liberal defende um modelo de gestão focado na eficiência, transparência e sustentabilidade financeira, eliminando desperdícios e reduzindo a intervenção estatal sempre que possível. O setor privado deve ter um papel central no desenvolvimento e manutenção das infraestruturas, garantindo serviços de qualidade sem sobrecarregar os contribuintes. Queremos infraestruturas seguras, acessíveis e modernas, promovendo a mobilidade, a valorização do património e a maximização do retorno do investimento.

- **Auditoria independente** a todas as infraestruturas sob responsabilidade governamental, identificando desperdícios, ineficiências e oportunidades de privatização ou concessão ao setor privado.
- **Redução da despesa pública em obras** através da eliminação de projetos não essenciais e de um critério rigoroso de viabilidade económica, considerando custos de implementação, manutenção e retorno sobre o investimento.
- **Privatização e concessão** de infraestruturas sempre que possível, promovendo a concorrência e garantindo que os utilizadores pagam apenas pelos serviços que usam, sem subsídios ocultos.
- **Criação do Portal das Obras Públicas**, assegurando transparência total, com acesso livre a toda a documentação técnica, contratos, orçamentos e prazos de execução.
- **Identificação** de oportunidades de renegociação das PPP, exigindo melhores condições para a Madeira e assegurando que futuras parcerias sejam competitivas e vantajosas para os cidadãos.
- **Desburocratização do licenciamento de infraestruturas**, acelerando processos e eliminando barreiras administrativas para permitir que empresas privadas invistam e inovem no setor.
- **Garantia de segurança** nas infraestruturas regionais com auditorias técnicas regulares e regras claras para a responsabilização privada de manutenções e reparações.

- **Competitividade aeroportuária e portuária**, permitindo maior concorrência na gestão e operação de infraestruturas, reduzindo estrangulamentos e melhorando a qualidade do serviço sem custos excessivos para os contribuintes.
- **Planeamento e execução dos investimentos** necessários e adequados a assegurar a capacidade de resposta e os níveis de serviço do Aeroporto da Madeira, assegurando o seu permanente ajustamento às exigências decorrentes do aumento da procura.
- **Conclusão célere dos investimentos planeados** para o Aeroporto do Porto Santo, permitindo que este possa funcionar como uma alternativa real e eficaz ao Aeroporto da Madeira, nomeadamente, no âmbito do plano de contingência deste.
- **Conversão de património público subutilizado** em ativos produtivos através de concessões, alienações ou transformação em espaços comerciais, culturais ou turísticos, garantindo rentabilidade e valorização do território.
- **Inclusão da acessibilidade** como critério obrigatório em projetos, assegurando infraestruturas mais inclusivas sem desperdício de recursos.
- **Implementação de um modelo de investimento descentralizado**, onde as decisões sobre infraestruturas sejam tomadas localmente e com maior envolvimento do setor privado.
- **Descentralização da gestão** dos pequenos portos, transferindo a mesma para as autarquias locais, dinamizando as economias locais, promovendo o turismo, e permitindo que a Autoridade Portuária se foque nos portos principais.
- **Realização de investimentos nas infraestruturas portuárias** degradadas e desatualizadas, preferencialmente em regime de parceria público-privada, garantindo a melhoria das condições de operacionalidade.
- **Renovação** e digitalização da gestão portuária, promovendo a modernização tecnológica, a formação e atualização do pessoal, ajustando perfis funcionais e expandindo as áreas de negócio.
- **Desenvolvimento** de sistemas tarifários racionais e sustentáveis, adequando os valores aos serviços prestados e incentivando práticas ambientalmente responsáveis e promovendo a eficiência económica.

## TRANSPORTES E MOBILIDADE

A mobilidade é essencial para a qualidade de vida, para a competitividade económica, a liberdade de circulação e a ligação da Madeira ao mundo. A Iniciativa Liberal defende um sistema de transportes moderno, eficiente e assente na concorrência, garantindo a máxima liberdade de escolha para os cidadãos e um setor privado dinâmico e inovador. Queremos menos burocracia, mais eficiência e soluções que tornem o transporte terrestre, marítimo e aéreo verdadeiramente competitivo, sustentável e acessível para residentes e visitantes.

- **Avaliação** da viabilidade de meios de transporte alternativos ao rodoviário, como metro ou comboio de superfície, garantindo que qualquer investimento seja eficiente, sustentável e economicamente justificável sem onerar os contribuintes.
- **Solução** privada para congestionamentos urbanos, incentivando investimentos privados em parques de estacionamento periféricos e serviços de transporte de última milha (shuttles, micromobilidade, TVDE), reduzindo a necessidade de intervenção pública direta.
- **Avaliação e estabilização** das concessões rodoviárias, garantindo que a gestão das vias em causa só regressa à esfera pública caso esta solução comporte, comprovadamente, benefícios e poupanças financeiras e para os utilizadores.
- **Cumprimento** integral dos contratos de concessão dos serviços de transporte interurbano pela Região e pelos respectivos operadores, assegurando a estabilidade financeira destes e a qualidade e disponibilidade dos serviços prestados.
- **Eliminação** de restrições e burocracias para serviços de táxi e TVDE, garantindo concorrência plena e livre acesso ao mercado para novos operadores, beneficiando os passageiros com melhor serviço e preços mais baixos.
- **Avaliação** da possibilidade de criação de ligações marítimas de transporte de passageiros e carga entre as ilhas da Macaronésia, com possível enquadramento no âmbito dos apoios comunitários disponíveis, fomentando a mobilidade dos residentes e as trocas comerciais.
- **Redução** dos custos e encargos portuários e de transporte, garantindo maior fluxo e circulação de mercadorias com menores custos.
- **Captação** de investimentos privados e fundos europeus, para potenciar o transporte marítimo de exportação e importação de mercadorias, sobretudo no setor agrícola e agropecuário, reduzindo custos para os produtores regionais.
- **Incentivo** à transição energética no setor marítimo, através da liberalização do acesso a combustíveis alternativos, como o GNL, e da facilitação de investimentos privados em soluções sustentáveis para o tratamento de efluentes nos navios.
- **Implementação e operacionalização** do plano de contingência do aeroporto da Madeira, com recurso ao aeroporto do Porto Santo e ao serviço público de transporte marítimo de passageiros entre a Madeira e o Porto Santo, evitando quebras do serviço e prejuízos para o destino.
- **Promoção** da concorrência na prestação de serviços de transporte aéreo, visando a entrada de mais operadores nas rotas entre a Região e Portugal Continental, assegurando a existência de mais alternativas para os passageiros e a redução das tarifas praticadas.

- **Revisão** aprofundada do modelo de subsídio social de mobilidade, analisando e considerando as soluções adotadas noutras regiões insulares, tornando-o um sistema mais eficiente, transparente e justo, garantindo mais liberdade de escolha para os passageiros, melhores tarifas e menos distorções de mercado, através:
  - **Da aplicação** plena da regra que o passageiro apenas deve suportar o valor não subsidiado, sendo o valor excedente suportado diretamente pelo Estado, evitando que a mobilidade dos residentes seja condicionada pelas respetivas disponibilidades financeiras.
  - **Da Introdução** de mecanismos que fomentem a reserva antecipada de viagens e a opção pela melhor tarifa disponível, premiando os passageiros que o façam e reduzindo o valor final a suportar pelo Estado.
  - **Da Responsabilização** dos passageiros e operadores, implementando mecanismos que reduzam fraudes e desperdícios, assegurando que os bilhetes subvencionados são utilizados de forma justa e transparente.

## ZONA FRANCA DA MADEIRA

A Zona Franca da Madeira foi criada com os objetivos de promover a diversificação da economia regional, diminuindo a sua excessiva dependência do Turismo, e de captar investimento estrangeiro que, de outra forma, não teria incentivos à fixação na Região. Não obstante inúmeros acidentes de percurso, motivados, em parte, pela incompreensão da República e da Comissão Europeia, a Zona Franca da Madeira cumpriu, de forma satisfatória, esses objetivos, continuando a constituir um instrumento único e insubstituível. A Iniciativa Liberal considera que é fundamental restaurar a credibilidade e a competitividade da Zona Franca da Madeira, garantindo a receita fiscal, os postos de trabalho, as empresas e os investimentos gerados pela mesma.

- **Alteração** do Estatuto dos Benefícios Fiscais, prorrogando a vigência do atual regime de benefícios fiscais por um prazo razoável (pelo menos, até ao final do ano de 2030), garantindo a continuidade e a estabilidade da Zona Franca da Madeira e capacidade de captação de novas empresas e de novos investimentos.
- **Conclusão** célere do processo de negociação e aprovação do futuro regime de benefícios fiscais, garantindo a estabilidade e transmitindo segurança aos operadores e investidores.
- **Revisão** dos requisitos relativos à residência fiscal dos trabalhadores e à localização do investimento, adaptando os mesmos às atividades desenvolvidas, admitindo, desde que verificadas certas condições, parte dos postos de trabalho criados e mantidos fora da Região e eliminando a obrigatoriedade de o investimento ser integralmente realizado na mesma.
- **Diferenciação**, com base em critérios de racionalidade, do número de postos de trabalho a criar e a manter pelas empresas que operam no sector dos Serviços Internacionais e na Zona Franca Industrial, garantindo o correto e racional dimensionamento dos quadros de pessoal e respectivos encargos.

- **Alargamento** da possibilidade de beneficiar da taxa reduzida de IRC de 2,5% a todas as empresas que desenvolvam atividades no sector das tecnologias da informação e da comunicação, da economia verde e da economia azul, ainda que não licenciadas para operar na Zona Franca Industrial, permitindo o desenvolvimento de atividades estratégicas para a Região.
- **Criação** do Registo Internacional de Aeronave, promovendo a respetiva regulamentação, instalação e entrada em funcionamento, potenciando o desenvolvimento de um novo sector de atividade económica de alto valor acrescentado.
- **Avaliação** da viabilidade da criação de um FREEPORT, transparente e regulado, especializado no armazenamento e comercialização de obras de arte, joias, vinhos raros e outros bens de alto valor, aproveitando as potencialidades inatas da Região para o efeito.
- **Regulamentação** do regime do incentivo fiscal à investigação científica e inovação (anterior regime do Residente Não Habitual), aplicando o mesmo a postos de trabalho das empresas licenciadas para operar na Zona Franca da Madeira e promovendo a captação e retenção de talento.

## ECONOMIA DIGITAL

A Madeira tem uma oportunidade única de se afirmar como um polo de inovação e tecnologia, impulsionando o crescimento económico, atraindo investimento e criando emprego qualificado. Com uma política fiscal competitiva, incentivos estratégicos e um ecossistema favorável ao empreendedorismo, a Região pode posicionar-se como um destino de referência para empresas tecnológicas, nómadas digitais e profissionais altamente qualificados. A Iniciativa Liberal defende uma abordagem liberal e desburocratizada para que a Madeira aproveite ao máximo o seu potencial inovador, beneficiando a economia e os cidadãos.

- **Posicionamento da Madeira como destino competitivo para empresas** tecnológicas, apostando na tributação reduzida, na Zona Franca da Madeira e nos apoios comunitários às regiões ultraperiféricas para atrair startups e grandes players internacionais.
- **Criação de um ecossistema dinâmico para startups**, facilitando o acesso a investimento privado e promovendo a colaboração entre universidades, centros de investigação e empresas.
- **Adaptação do regime do “patent box”** às especificidades regionais, garantindo taxas reduzidas para inovação e propriedade industrial, fomentando a atração de empresas e empreendedores na área tecnológica.
- **Facilitação do acesso à energia e infraestrutura digital** para empresas do setor tecnológico, garantindo que a Madeira é um local atrativo para novos investimentos, sem entraves de custo ou fornecimento.
- **Transformação da Madeira num centro de inovação global**, permitindo que empresas testem e desenvolvam novas tecnologias em setores estratégicos, aproveitando as vantagens das Zonas Livres Tecnológicas, criando zonas específicas para inovação e experimentação.

- **Regime fiscal competitivo para profissionais qualificados**, tornando a Madeira um destino atrativo para talento global nas áreas das Tecnologias da Informação e da Comunicação e inovação.
- **Parcerias entre startups e empresas locais**, incentivando a criação de soluções tecnológicas adaptadas às necessidades regionais, promovendo inovação no setor privado e nas administrações públicas.
- **Aplicação** de soluções de Blockchain na atividade administrativa, aumentando a transparência em sistemas de contratação pública e votação e implementando sistemas de registos e sistemas de gestão de identidade fiáveis.
- **Generalização** do uso da tecnologia Blockchain no setor turístico, simplificando sistemas de reservas, criando programas de fidelidade e garantindo a autenticidade em tours culturais e ambientais.
- **Acompanhamento** permanente das evoluções tecnológicas e legislativas nas áreas da Inteligência Artificial, Blockchain e Criptoativos, garantindo que a Região se mantém atualizada e alinhada com as melhores práticas do sector.
- **Promoção da qualificação e formação profissional** alinhada com as necessidades crescentes do setor tecnológico, garantindo a existência de mão de obra especializada e competitiva.
- **Organização de hackathons e desafios de inovação em ambiente estudantil**, estimulando a criatividade e o envolvimento dos jovens em projetos tecnológicos, incentivando o empreendedorismo e a inovação desde cedo.

# EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é o motor da inovação, da criação de riqueza e da transformação social. A Iniciativa Liberal defende uma Madeira onde empreender seja um ato de liberdade, sem amarras burocráticas, sem barreiras artificiais e sem um Estado que decide quem pode ou não prosperar. Queremos uma economia aberta, dinâmica e competitiva, onde qualquer pessoa, independentemente da sua origem ou experiência, possa transformar uma ideia num negócio de sucesso. Apostamos na redução do peso do Estado, na desburocratização e na criação de um verdadeiro ambiente de negócios livre, ágil e competitivo, onde os empreendedores são incentivados e não travados pelo sistema.

- **Mercado verdadeiramente livre e concorrencial**, eliminando subsídios distorcidos e qualquer tentativa de restringir o acesso à economia a grupos privilegiados ou de criação de monopólios encapitados.
- **Desburocratização total** da criação e operação de negócios, reduzindo prazos administrativos e eliminando taxas e processos desnecessários que apenas servem para alimentar a máquina estatal.
- **Revolução na fiscalidade para empreendedores**, assegurando que a Madeira oferece o ambiente fiscal mais competitivo da Europa, atraindo investimento, talento e inovação.
- **Empreendedorismo como base da educação**, integrando a cultura empresarial nos currículos escolares e promovendo programas de iniciação ao empreendedorismo desde cedo, desafiando os jovens a pensar de forma criativa e autónoma.
- **Mecanismos de financiamento sem interferência política**, onde o mérito e a viabilidade económica prevalecem sobre ligações políticas ou critérios opacos de atribuição de apoios.
- **Acesso simplificado a espaços comerciais e industriais**, permitindo o uso flexível de imóveis e incentivando novos modelos de negócios, coworking, espaços partilhados e soluções descentralizadas.
- **Internacionalização sem barreiras**, com programas de apoio focados na expansão global, sem burocracia ou critérios subjetivos que dificultam o crescimento das empresas regionais.
- **Fomento do turismo e dos recursos naturais** como alavanca para o empreendedorismo sustentável, libertando o potencial económico do mar, do espaço rural e do património natural da Madeira.
- **Autonomia do setor privado**, garantindo que o Estado não se intromete na gestão das empresas nem impõe regulamentações que distorcem o mercado e afastam investidores.
- **Pagamentos rápidos e eficazes nos programas de incentivo**, assegurando que os fundos regionais são orçamentados de forma realista e pagos sem atrasos que prejudiquem a tesouraria das empresas.
- **Previsibilidade e estabilidade dos procedimentos de atribuição de incentivos**, garantindo regras e prazos adequados e razoáveis para a apresentação e avaliação de candidaturas.

## MAR

O mar é o maior ativo estratégico da Madeira, sendo o principal fator de multiplicação e ampliação da economia regional, permitindo-lhe superar a sua exiguidade territorial e mitigar os constrangimentos da insularidade e da ultraperiferia. A Iniciativa Liberal reconhece a necessidade de reforçar as competências da Região Autónoma na administração e gestão do domínio público marítimo e dos recursos hídricos, com eventuais alterações legislativas ou constitucionais. Defendemos uma estratégia ambiciosa que desburocratize processos, atraia investimento e proteja eficazmente os recursos naturais.

- **Estabelecimento** de parcerias com privados para criar um Centro Âncora dedicado à Economia Azul, incentivando a inovação, a pesquisa e a criação de empresas relacionadas com o mar.
- **Incentivo** à utilização do mar como fonte de energia renovável, através de estudos científicos que avaliem os impactos das infraestruturas energéticas no bem-estar das populações e no ambiente.
- **Criação** de mecanismos para a verificação e inventariação dos stocks marinhos, assegurando uma gestão sustentável da biodiversidade e dos habitats marinhos.
- **Reformulação** da frota pesqueira com o apoio de incentivos comunitários, promovendo a modernização tecnológica, especialmente no segmento da pesca do peixe-espada-preto, e reforçando a sustentabilidade da atividade.
- **Desenvolvimento** da aquacultura sustentável, com a definição de locais específicos para instalação, evitando conflitos com as populações locais e assegurando elevados padrões de qualidade e segurança alimentar.
- **Reforço** da fiscalização e regulação ambiental, priorizando o controlo da poluição e a proteção das águas marinhas, aplicando penalizações rigorosas para infrações ambientais.
- **Promoção** de cursos profissionais, técnicos e superiores relacionados com o mar, em parceria com os estabelecimentos de ensino, em especial, a Universidade da Madeira, com foco em áreas como biotecnologia, turismo, fiscalização e indústria.
- **Modernização** e maximização das infraestruturas portuárias para melhorar a eficiência, reduzir custos e apoiar a atividade pesqueira e industrial



## PESCAS

As pescas são um setor estratégico para a Madeira, combinando tradição, identidade e potencial económico. A Iniciativa Liberal defende uma gestão eficiente e sustentável dos recursos marítimos, alinhada com os interesses regionais e as melhores práticas internacionais. Apostamos na modernização da frota, na inovação tecnológica e no desenvolvimento da indústria associada, como as conservas e agroalimentares, para maximizar o valor económico e atrair novos profissionais. Através de uma gestão partilhada, de um Plano Regional de Pescas e do respeito pelas especificidades locais, queremos garantir que o setor das pescas permanece sustentável, competitivo e preparado para os desafios do futuro.

- **Revisão**, sustentada em evidências técnicas e no estatuto da ultraperiferia, das quotas pesqueiras regionais, a alcançar através de negociações com a União Europeia e a República Portuguesa.
- **Efetivação** da gestão partilhada do mar da Madeira em conformidade com os preceitos constitucionais, assegurando os direitos e poderes da Região sobre os recursos marítimos.
- **Aprovação** de um Plano Regional de Pescas, elaborado em colaboração com o setor, com foco na partilha de recursos, gestão da frota e dos stocks, desenvolvimento da aquacultura, sustentabilidade do setor e atração de novos profissionais.
- **Modernização** da frota pesqueira, particularmente no segmento dedicado ao peixe-espada-preto, com recurso a tecnologia sustentável e aproveitamento de apoios comunitários.
- **Investimento** em tecnologias digitais e inovação no setor pesqueiro, incluindo ferramentas de recolha e análise de dados como inteligência artificial, IoT, drones e satélites, bem como na exploração de tecnologias como a robotização e automação para aumentar a eficiência.
- **Fomento** da indústria de conservas e agroalimentares, com criação de incentivos para atrair novos investimentos.
- **Modernização** e otimização das infraestruturas portuárias, garantindo portos e lotas eficientes que permitam reduzir custos e melhorar a eficácia da atividade pesqueira.
- **Defesa** dos sistemas de pesca regionais da Madeira, estabelecendo critérios transparentes e objetivos para a distribuição de quotas que preservem as práticas locais.
- **Criação** de um regime de exceção para a pesca na Reserva Natural das Ilhas Selvagens, permitindo o uso de artes seletivas como salto e vara, sem comprometer o habitat natural.

# AGRICULTURA

A agricultura é um setor estratégico para a Madeira, essencial para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade da Região. A Iniciativa Liberal acredita numa agricultura moderna, eficiente e inovadora, que valorize os produtos locais e incentive o uso responsável dos recursos. Apostamos numa visão de longo prazo que garanta competitividade e integração do setor na economia regional, promovendo a sua sustentabilidade e potencial de crescimento.

- **Elaboração**, em conjunto com as associações e profissionais do setor, de um Plano Estratégico Global para a Agricultura da Madeira, com visão de médio e longo prazo, visando a sustentabilidade e o crescimento do setor.
- **Eliminação** dos monopólios estatais no âmbito do processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, garantindo a liberdade na fixação dos preços pagos aos produtores e a participação dos mesmos nos lucros da comercialização.
- **Promoção** do consumo de produtos hortícolas e frutícolas locais em escolas, lares, hospitais e hotéis, incentivando o desenvolvimento agrícola e reforçando a competitividade da produção regional.
- **Remodelação** e modernização urgente de mercados abastecedores, melhorando as condições de comercialização de produtos locais e aumentando a remuneração e rentabilidade dos produtores.
- **Concessão** de benefícios a proprietários de terrenos agrícolas bem cuidados e criação de uma bolsa de aluguer de terrenos, promovendo o uso eficiente e a rentabilidade das propriedades.
- **Investimento** em inovação e sustentabilidade na agricultura, com sistemas de rega eficientes, como microaspersão e gota-a-gota, e integração de animais nas explorações para reduzir a dependência de fertilizantes importados.
- **Promoção** do associativismo agrícola, aumentando a rentabilidade, expandindo áreas de cultivo e profissionalizando os agentes do setor, com oferta de formação especializada em técnicas agrícolas e agroindústria.
- **Intensificação** do combate a pragas agrícolas, priorizando métodos sustentáveis e naturais para proteger os cultivos.
- **Desburocratização** dos processos no setor agrícola, simplificando procedimentos e acelerando resultados para os agricultores.
- **Fomento** da criação de unidades de agroturismo colaborativas, integrando turismo e agricultura como forma de diversificação económica e valorização do setor agrícola.

# ENERGIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A Madeira deve liderar a transição energética com uma abordagem liberal, baseada na inovação, concorrência e liberdade de escolha. O setor energético não pode continuar a ser um monopólio estatizado e burocrático, refém de ineficiências e sobrecustos. A nossa visão é clara: mais investimento privado, mais energia limpa e acessível, menos intervenção estatal e um setor dinâmico e competitivo que reduza custos para cidadãos e empresas.

- **Independência e eficiência na gestão** da EEM, garantindo que não seja um instrumento de controlo político, mas sim uma empresa focada na competitividade, inovação e sustentabilidade.
- **Revisão da estrutura tarifária** da EEM, eliminando subsídios cruzados e permitindo uma descida real das tarifas elétricas para famílias e empresas, promovendo um mercado mais eficiente.
- **Avaliação da possibilidade de privatização** de entidades ou unidades de negócio da EEM, garantindo que esta se foque nas suas atividades essenciais e que não concorre com os privados que podem ser desenvolvidas, de forma mais eficiente e independente, por estes.
- **Abertura do mercado energético à concorrência**, permitindo que operadores privados possam produzir e vender energia diretamente aos consumidores, garantindo preços mais baixos e mais inovação.
- **Investimento na modernização das redes elétricas**, reduzindo desperdícios e melhorando a fiabilidade do fornecimento de energia.
- **Incentivo ao autoconsumo energético**, garantindo que cidadãos e empresas possam produzir a sua própria energia sem barreiras regulatórias ou encargos injustificados.
- **Expansão das energias renováveis**, incluindo solar, eólica offshore e aproveitamento de energia das ondas, promovendo um setor descentralizado e menos dependente de fontes importadas.
- **Mini-hídricas nos desníveis dos cursos de água**, aproveitando a geografia da Madeira para produção eficiente de eletricidade, com tempos curtos de retorno sobre o investimento.
- **Capacitação da Central de Incineração da ARM** para geração elétrica, convertendo resíduos em energia e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.
- **Introdução de gás natural liquefeito** na matriz energética regional, reduzindo custos para famílias e empresas e promovendo uma alternativa mais limpa ao gasóleo.
- **Descarbonização dos portos**, implementando o abastecimento elétrico para navios a partir do setor terrestre, reduzindo emissões nos centros urbanos.
- **Licenciamento simplificado para Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável**, permitindo que empresas e cidadãos gerem e compartilhem energia de forma descomplicada.
- **Revisão do sistema de incentivos fiscais**, direcionando benefícios exclusivamente para projetos que reduzam custos energéticos e aumentem a independência da Região.
- **Transparência e concorrência nos tarifários de carregamento de veículos elétricos**, garantindo liberdade de escolha e preços competitivos
- **Reforma do sistema de gestão de resíduos**, incentivando a valorização energética e a economia circular, reduzindo a dependência de aterros e promovendo o reaproveitamento de materiais

- **Expansão da rede de transportes coletivos verdes**, apostando em autocarros elétricos e a hidrogénio, reduzindo custos e emissões para os cidadãos.
- **Aplicação das obrigações existentes ao Estado e setor público**, garantindo que cumprem os mesmos padrões exigidos ao setor privado e não perpetuam desperdícios.
- **Dinamização do mercado do carbono e morali-zação da fiscalidade verde**, canalizando receitas para projetos sustentáveis e evitando que os impostos ecológicos sirvam apenas para alimentar a máquina estatal.
- **Promoção da eficiência energética no setor público**, reduzindo custos operacionais com a adoção de painéis solares, veículos elétricos e gestão inteligente do consumo.

## AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Proteger e valorizar o património natural da Madeira é essencial para garantir um futuro sustentável e equilibrado. A Iniciativa Liberal defende uma gestão ambiental que une inovação, responsabilidade e colaboração. Acreditamos na força do associativismo, no planeamento eficiente e na troca de boas práticas para preservar a biodiversidade, reforçar os ecossistemas e potenciar os recursos naturais. Queremos uma Madeira que lidere pelo exemplo, integrando a conservação ambiental com oportunidades económicas e sociais, assegurando que a natureza é um legado vibrante para as gerações vindouras.

- **Promoção** do associativismo florestal, incentivando proprietários a gerir em conjunto as suas áreas e a criar valor económico, garantindo práticas sustentáveis.
- **Parcerias** com outras regiões da Macaronésia para trocar experiências e boas práticas na gestão florestal.
- **Monitorização** regular das florestas por cada município, com planos de gestão alinhados com o Plano Regional de Ordenamento Florestal.
- **Combate** a espécies infestantes e invasoras para salvaguardar a biodiversidade e prevenir danos aos ecossistemas.
- **Planeamento** eficiente para a defesa contra incêndios, aplicando ações preventivas e reforçando a capacidade de resposta das autoridades.
- **Recuperação** da floresta da Laurissilva, incluindo a restauração de áreas ardidadas e a proteção dos habitats naturais.
- **Classificação** e proteção de árvores notáveis, assegurando a sua preservação como parte do património natural.
- **Promoção** das levadas como Património da Humanidade, valorizando o turismo de natureza e a educação ambiental.
- **Implementação** de um Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para salvaguardar a zona costeira de forma sustentável.
- **Controlo** de resíduos no arquipélago, estabelecendo registos obrigatórios do volume de resíduos que entram, incentivando a sua correta gestão.
- **Incentivo** à redução das perdas de água nos sistemas de distribuição, oferecendo benefícios económicos aos municípios que melhorarem a eficiência.

- **Investimento** na redução de perdas de água antes de avançar para novas captações, evitando desperdícios e custos adicionais.
- **Implementação** de sistemas de rega mais eficientes e automatizados, apoiados em avisos agrometeorológicos para otimizar o uso de água na agricultura.
- **Reaproveitamento** de águas residuais através de ETAR funcionais, promovendo a reutilização em redes agrícolas e outras atividades.
- **Dessalinização** da água do mar com tecnologias inovadoras, prevenindo futuras escassezes de água potável.
- **Adoção** de políticas de “desperdício zero” na Administração Pública, estimulando reparação, reutilização e reciclagem.
- **Transição** para a economia circular, incentivando produtos com eco-design, reparáveis e reutilizáveis, e criando créditos fiscais para empresas sustentáveis.
- **Desburocratização** e redução do uso de papel nos serviços públicos, gerando poupanças e reduzindo a pegada ambiental.
- **Redução** gradual do uso de plástico, especialmente em serviços públicos, com aposta em alternativas sustentáveis.
- **Melhoria** contínua do tratamento de águas residuais, assegurando o reaproveitamento em rega e lavagem.
- **Otimização** da gestão e reciclagem de resíduos sólidos, aumentando as taxas de reciclagem e reduzindo o desperdício.
- **Promoção** dos 5 Rs (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar), estimulando a mudança de comportamentos individuais e coletivos.
- **Limpeza** e conservação de mares, costas, cursos de água e serras, salvaguardando recursos naturais para as gerações futuras.
- **Incentivo** a parcerias entre consumidores e comerciantes através de sistemas de pontos ambientais, fomentando práticas mais ecológicas.
- **Apoio** à investigação e inovação em tecnologias de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

## EMPREGO

A Madeira precisa de um mercado laboral flexível, competitivo e dinâmico, onde o emprego seja criado pelo investimento privado e pela inovação, e não por regulação estatal excessiva. A Iniciativa Liberal defende menos burocracia, mais liberdade contratual e um sistema fiscal que valorize o trabalho e a produtividade.

- **Foco na negociação coletiva e na concertação social**, promovendo a regulação laboral através do diálogo entre empregadores e trabalhadores, minimizando a intervenção administrativa no mercado de trabalho.
- **Abolição de subsídios e apoios ineficazes**, substituindo-os por incentivos diretos a empresas que criem emprego produtivo e sustentável, especialmente em setores estratégicos e inovadores.
- **Facilitação da contratação de talento estrangeiro**, eliminando barreiras burocráticas e tornando a Madeira um polo atrativo para profissionais altamente qualificados.
- **Promoção do autoemprego e do empreendedorismo**, com incentivos exclusivamente direcionados para setores de crescimento, inovação e serviços tecnológicos.
- **Fortalecimento da ligação entre empresas, escolas e universidades**, garantindo que os currículos e programas de formação estão alinhados com as necessidades reais do mercado de trabalho.
- **Investimento na formação tecnológica e no ensino digital**, disponibilizando cursos online acessíveis e flexíveis, ajustados às exigências do mercado e ao ritmo de cada trabalhador.
- **Desenvolvimento de soluções que permitam a contratação de imigrantes devidamente legalizados**, garantindo a integração destes e a satisfação das necessidades das empresas.



# SOCIEDADE



 **iniciativa  
liberal**

# SOCIEDADE

Uma sociedade livre e próspera constrói-se sobre a autonomia, a dignidade e as oportunidades das pessoas. **Libertar o mercado, reforçar a liberdade individual e reduzir a intervenção estatal** são essenciais para que cada madeirense possa construir o seu próprio caminho. Mas também defendemos um **Estado Social eficiente e sustentável**, focado na capacitação e não na dependência, onde os apoios existem para garantir que ninguém fica para trás, sem perpetuar ciclos de assistencialismo.

Queremos uma **saúde acessível e de qualidade**, onde a liberdade de escolha assegure que cada cidadão recebe os cuidados de que necessita, sem estar refém de um sistema ineficiente. Defendemos uma **educação que empodera**, preparando as novas gerações para um futuro de oportunidades, e uma política de **habitação e integração social** que liberte o potencial das famílias, em vez de as aprisionar em subsídios e burocracia.

Acreditamos numa sociedade onde a **cultura, o desporto e o espaço público** sejam motores de qualidade de vida, reforçando a identidade regional e promovendo comunidades mais vibrantes e ativas. Apostamos na **dinamização da vida cultural**, no **acesso a atividades desportivas** para todos e na **criação de espaços urbanos estimulantes**, que incentivem o convívio, a criatividade e o bem-estar. Uma Madeira mais livre, dinâmica e próspera é aquela onde as pessoas têm as ferramentas para viver melhor e concretizar os seus projetos de vida.



# HABITAÇÃO

Uma política habitacional eficaz exige menos burocracia, mais incentivos e maior envolvimento do setor privado. A Iniciativa Liberal propõe a agilização dos licenciamentos, a revisão dos instrumentos de gestão territorial e um **Código da Construção** adaptado à realidade regional, removendo entraves e reduzindo custos. Apostamos na **redução fiscal**, no aproveitamento do património público para habitação e no estímulo a **modelos inovadores**, como o crowdfunding imobiliário e as parcerias público-privadas. Com regras claras, investimento privado e soluções eficientes, garantimos uma Madeira com mais oferta habitacional acessível e sustentável.

- **Implementação** de processos integrados entre Municípios e entidades regionais para eliminar redundâncias na troca de informações, emissão de pareceres e apresentação de documentos, reduzindo significativamente os prazos dos licenciamentos.
- **Revisão** dos instrumentos de gestão territorial para permitir a criação de novas áreas de expansão urbana destinadas à construção de habitação e escritórios, com parâmetros urbanísticos mais flexíveis, sustentáveis e ajustados à realidade do mercado.
- **Elaboração de um Código da Construção da RAM**, garantindo normas adaptadas às especificidades regionais, removendo entraves e requisitos desnecessários e desajustados e reduzindo os custos da construção sem comprometer a segurança e a qualidade.
- **Redução** da carga fiscal sobre a construção, património e rendimentos prediais, através da **aplicação total do diferencial fiscal permitido na Lei das Finanças Regionais**, promovendo a redução dos custos da construção e da promoção imobiliária.
- **Criação de incentivos à construção** para habitação própria e arrendamento, incluindo benefícios fiscais contratuais e mecenato para projetos no setor da construção, estimulando o investimento privado e a competitividade do setor.
- **Redução** das taxas urbanísticas municipais aplicáveis à construção de habitação e de projetos de interesse público, criando condições legais e financeiras para que esta redução possa ser efetivamente implementada.
- **Inventariação** do património imobiliário devoluto da Região e do Estado, identificando imóveis com capacidade construtiva que possam ser reabilitados ou convertidos para novos projetos habitacionais desenvolvidos por privados..
- **Aprovação de um regime de cedência de terrenos e imóveis públicos** a privados, em regime provisório ou definitivo, para construção de habitação própria, arrendamento e projetos de interesse público como residências estudantis, habitação jovem e lares de idosos.
- **Dinamização** das cooperativas privadas que promovam habitação acessível de forma sustentável, assegurando a cedência de terrenos públicos em condições vantajosas, a simplificação do licenciamento de projetos cooperativos e modelos de investimento ou crédito dedicados ao desenvolvimento de cooperativas de habitação e respectivos projetos.
- **Promoção** de Parcerias Público-Privadas (PPP) para dinamizar o setor da construção e habitação, assegurando maior eficiência e rapidez na execução dos projetos através da:

- **Promoção** de concursos públicos transparentes, que permitam que empresas privadas desenvolvam projetos imobiliários em terrenos públicos, com contrapartidas como quotas de habitação acessível, ou como modelos de capitalização negociados entre as partes,
- **Da celebração** de contratos para construção e gestão de residências estudantis e habitação jovem, reduzindo a pressão sobre o mercado tradicional.
- **Da concretização** de parcerias entre entidades públicas e investidores para regeneração urbana, reaproveitando edifícios devolutos e dinamizando centros históricos.
- **Incentivo** à criação de plataformas de crowdfunding para projetos de habitação e reabilitação urbana, permitindo que pequenos investidores e cidadãos participem no mercado imobiliário sem depender exclusivamente de financiamento bancário, tornando o mercado mais competitivo e reduzindo custos de entrada para novos empreendedores e investidores.
- **Clarificação** das regras de acesso à habitação pública, garantindo total transparência nos processos de atribuição e assegurando que os apoios são concedidos apenas a quem realmente necessita.

## SAÚDE

Queremos uma Madeira onde a saúde não seja um privilégio nem uma possibilidade distante, mas um direito acessível e um serviço moderno, verdadeiramente ao serviço das pessoas. A Iniciativa Liberal defende um modelo de saúde centrado no utente, garantindo **liberdade de escolha**, para que cada pessoa decida onde e como quer ser tratada, seja no setor público, privado ou social. Se há prestadores com capacidade de atender os cidadãos, então o direito à saúde deve ser assegurado pelo acesso efetivo a esses serviços, independentemente da sua natureza. Apostamos na eficiência do setor público e na **redução das listas de espera**, contratualizando serviços para garantir que consultas e cirurgias acontecem quando necessário e não quando o sistema permite. Defendemos o reforço dos cuidados de saúde primários, com a modernização da rede hospitalar, a expansão das Unidades de Saúde Familiar e um **novo hospital do Funchal** que funcione como um verdadeiro centro de excelência.

- **Garantia da liberdade de escolha dos utentes**, permitindo o acesso a cuidados de saúde de qualidade independente do prestador de serviços ser do sector público, privado ou social.
- **Financiamento público centrado no utente**, através do cheque-saúde (cirurgia e consulta), garantindo que os recursos são alocados de acordo com a escolha das pessoas e que os cuidados são prestados de forma célere e eficiente.
- **Garantia de acesso gratuito** a medicamentos, diagnósticos e dispositivos médicos para **idosos e pessoas economicamente vulneráveis**, através de um modelo de comparticipação eficiente e sem desperdícios.
- **Criação de incentivos à contratação de seguros** de saúde privados e complementares, aumentando a capacidade de resposta e reduzindo a pressão sobre o sistema público.

- **Implementação de um Programa de Redução das Listas de Espera**, contratualizando a prestação de serviços ao sector privado e ao sector social, assegurando que as cirurgias e consultas em atraso são executadas.
- **Simplificação da mobilidade dos doentes** dentro e fora da Região Autónoma, garantindo o acesso a cuidados de saúde especializados sempre que necessário e de forma célere.
- **Aposta nos cuidados de saúde primários**, através da abertura de novas Unidades de Saúde Familiar (USF) e do reforço da autonomia das mesmas, permitindo uma resposta mais eficiente e próxima das comunidades.
- **Priorização da abertura de USF - Modelo C** geridas por cooperativas de médicos e pelo sector social e privado, garantindo eficiência, qualidade no serviço prestado e o aumento da capilaridade da rede de cuidados de saúde primários.
- **Posicionamento do novo hospital do Funchal** como um centro de excelência na formação de profissionais de saúde e na prestação de serviços de saúde, potenciando o investimento efetuado e a qualidade dos serviços.
- **Avaliação** da possibilidade das unidades hospitalares a desativar na sequência da conclusão do novo Hospital continuarem total ou parcialmente afetas à prestação de serviços de saúde, em regime de concessão a privados, garantindo a satisfação das necessidades do sector e evitando desperdícios de recursos.
- **Expansão da rede de cuidados continuados e paliativos** a realizar através de parcerias com o sector privado e social, assegurando uma resposta rápida e eficiente para as denominadas baixas problemáticas.
- **Promoção de modelos alternativos** de prestação de cuidados de saúde, como o internamento domiciliário e o cuidador informal, garantindo maior flexibilidade e eficiência na resposta às necessidades dos utentes e minimizando a necessidade de recurso aos estabelecimentos hospitalares.
- **Modernização e interoperabilidade dos sistemas de informação** em saúde, garantindo acesso partilhado, fácil e rápido ao historial clínico do utente e uma resposta adequada às necessidades do mesmo.
- **Simplificação e digitalização dos processos administrativos** de marcação de consultas, exames e cirurgias, reduzindo burocracia e tempos de espera.
- **Criação de Incentivos para o acesso à saúde mental** no setor privado, garantindo resposta atempada e diversificada.
- **Flexibilização da oferta de serviços psicológicos e psiquiátricos**, através de consultas digitais e parcerias com o setor privado e social.
- **Atribuição de Incentivos** às empresas que promovam programas de bem-estar mental e prevenção de doenças entre os trabalhadores.
- **Colocar o foco na prevenção**, e não na cultura da doença e respetivo tratamento, promovendo hábitos saudáveis e maior literacia em saúde, minimizando as enfermidades e os custos decorrentes das mesmas.
- **Promoção da** concorrência na realização de ações e na prestação de serviços de promoção da saúde (exercício físico, nutrição, rastreios), garantindo a intervenção dos privados e liberdade de escolha dos cidadãos.

# EDUCAÇÃO

Uma proposta liberal deve ter como horizonte o desenvolvimento individual, nos domínios pessoal, académico, físico, social, ético, emocional e vocacional. A missão fundamental do sistema de Educação, no que toca à preparação das novas gerações, deve ser a de conceder as ferramentas necessárias ao desenvolvimento contínuo, ao longo da vida, bem como competências que permitam, a cada um, seguir o seu projeto de vida, único e irrepetível. Assim, no quadro ideológico de liberdade de escolha e de defesa de uma escola pública de qualidade, de um ponto de vista regional, a Iniciativa liberal propõe o seguinte:

- **Reforço** da autonomia financeira, operacional e pedagógica das escolas, com gestão profissionalizada e despartidarizada.
- **Concessão** de liberdade às Direções para definirem conteúdos programáticos (quando possível), metodologias e processos de ensino, ligando a autonomia à responsabilização.
- **Simplificação** da estrutura da Secretaria da Educação, com descentralização efetiva e extinção da figura do Delegado Escolar.
- **Prestígio** dos órgãos de gestão escolar, com eleições democráticas e limitação de mandatos, assegurando transparência e legitimidade.
- **Maximização** do uso das instalações escolares para acolher atividades sociais e culturais, envolvendo a comunidade fora do horário escolar.
- **Implementação** de um modelo de avaliação que premeie efetivamente o mérito, as competências e o desempenho, incentivando a excelência docente.
- **Desburocratização** do trabalho docente, liberando tempo para a preparação de aulas, orientação de alunos e contacto com encarregados de educação.
- **Criação** de um plano de formação contínua para professores e gestores escolares, com especial foco em competências digitais e inovação pedagógica.
- **Dignificação** da carreira docente, ajustando compensações e criando condições para atrair e reter os melhores profissionais.
- **Introdução** de mecanismos de financiamento via aluno (“cheque-ensino”), permitindo às famílias liberdade de escolha entre escolas públicas e privadas.
- **Quantificação** e compensação dos sobrecustos de insularidade suportados pela Universidade da Madeira e diversificação das fontes de receita da mesma, garantindo a sua sustentabilidade financeira.
- **Revisão** do modelo de financiamento do ensino profissional, tornando-o alternativo e sustentável, com envolvimento do setor privado.
- **Inclusão** de literacia financeira e competências digitais no currículo, facultando aos alunos ferramentas para a vida real e para a economia moderna.
- **Modernização** dos laboratórios escolares em ciência, tecnologia e artes, garantindo equipamentos de ponta e promovendo projetos inovadores.
- **Criação** de equipas multidisciplinares (gestores, arquitetos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais) para repensar o edifício escolar e adequá-lo às necessidades atuais.
- **Promoção** de estratégias para o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da capacidade de resolver problemas – competências essenciais no século XXI.

- **Estabelecimento** de uma forte ligação entre a Secretaria da Educação, a Universidade da Madeira e o tecido empresarial, fomentando parcerias e a qualidade do ensino.
- **Criação** de uma dotação orçamental adequada para a investigação científica e tecnológica, incentivando o surgimento de projetos relevantes para o desenvolvimento regional.
- **Incentivo** à participação das escolas em programas europeus e a relações internacionais que enriqueçam a troca de experiências e boas práticas.
- **Valorização** do ensino profissional como alternativa credível ao ensino regular, com modelos de projetos laboratoriais e de campo, em colaboração com empresas e autarquias.
- **Garantia** de sustentabilidade financeira do ensino técnico-profissional, reduzindo a dependência excessiva dos fundos europeus, incentivando o investimento privado e diversificando as receitas próprias.
- **Reforço** de parcerias entre os estabelecimentos de ensino e as empresas, criando sinergias para a investigação, estágios e integração de alunos no mercado de trabalho.
- **Aumento** de mecanismos de apoio a alunos mais carenciados, para minorar o impacto das desigualdades socioeconómicas e prevenir abandono escolar.
- **Reforço** do papel do psicólogo escolar e de equipas de orientação vocacional, garantindo o acompanhamento adequado e detetando precocemente problemas como dislexia ou autismo.
- **Formação** de turmas mais pequenas, permitindo um ensino mais personalizado e eficaz, em especial para alunos com necessidades especiais.
- **Proteção** dos centros de educação especial e promoção de modelos mistos de inclusão, combinando salas de aula comuns, espaços específicos e centros especializados.
- **Facilitação** de programas de mediação e resolução de conflitos em todas as escolas, combatendo a discriminação em todas as formas.

# CULTURA

A cultura é mais do que um pilar identitário; é um instrumento de transformação social, inovação e desenvolvimento econômico. A Iniciativa Liberal acredita numa estratégia cultural que combina modernização, descentralização e inclusão, promovendo liberdade criativa, participação cidadã e ligação à economia global. Propomos uma abordagem arrojada, onde a cultura na Madeira seja acessível, inovadora e competitiva, posicionando a região como um centro cultural.

- **Criação de um Fundo Regional para a Cultura**, financiado maioritariamente por investimento privado e mecenato, reduzindo a dependência do setor cultural de subsídios estatais e incentivando o financiamento direto por empresas e cidadãos.
- **Reformulação** do regime do **mecenato cultural**, com **incentivos fiscais mais agressivos** para empresas e investidores privados que financiem projetos artísticos e culturais, fomentando uma cultura mais dinâmica e sustentável sem dependência excessiva do apoio estatal direto.
- **Libertação** do setor cultural da burocracia estatal, garantindo que a **gestão da cultura seja descentralizada para agentes privados, cooperativas culturais e municípios**, promovendo eficiência e independência na criação e programação artística.
- **Descentralização** do financiamento cultural, canalizando recursos diretamente para **associações, cooperativas e agentes privados**, eliminando intermediários estatais e tornando a cultura autossustentável.
- **Atração de investimento externo** para a cultura madeirense, promovendo **parcerias internacionais, residências artísticas e intercâmbios** que posicionem a Madeira como um **centro cultural competitivo**, alinhado com a economia global.
- **Implementação de uma plataforma digital única para cultura**, facilitando o acesso a bilheteira, programação e divulgação de eventos, permitindo que artistas e produtores gerem receita sem depender de estruturas estatais.
- **Criação de um mercado digital de cultura**, onde produtores culturais possam vender diretamente aos consumidores, monetizando espetáculos, exposições e criações artísticas.
- **Incentivo à cooperativização da cultura**, promovendo modelos de **autogestão e autofinanciamento** para projetos culturais, garantindo maior independência e competitividade no setor.
- **Promoção do crowdfunding cultural**, facilitando que artistas e projetos culturais obtenham financiamento direto da sociedade, evitando a dependência de subsídios públicos.
- **Utilização de imóveis devolutos para espaços culturais e incubadoras criativas**, através de concessões privadas, criando novas oportunidades sem custos para o Estado.
- **Redefinição da gestão do património cultural**, admitindo a exploração privada sob contratos de concessão, permitindo que seja rentabilizado por meio de atividades turísticas e culturais, sem custos para o contribuinte.
- **Desburocratização dos licenciamentos** culturais, eliminando barreiras administrativas para eventos, festivais e iniciativas culturais privadas, permitindo que o setor opere com agilidade e sem interferência estatal.
- **Implementação de parcerias público-privadas para recuperação de imóveis devolutos**, estimulando **projetos culturais privados e espaços de arrendamento para atividades artísticas**, sem necessidade de investimento público direto.

## DESPORTO

O desporto é uma ferramenta poderosa para promover a saúde, a coesão social e o desenvolvimento económico na Madeira e, em especial, o crescimento equilibrado e saudável dos nossos jovens. A Iniciativa Liberal defende uma abordagem que valorize o desporto como motor de orgulho regional, turismo e estilo de vida saudável. Apostamos na gestão eficiente dos recursos, no estímulo ao mecenato desportivo, na valorização dos talentos locais e na criação de condições para o desporto escolar e de lazer. Queremos uma Madeira onde o desporto seja acessível a todos, impulse o turismo ativo e reforce a identidade regional, sempre com transparência e práticas sustentáveis.

- **Revisão** do modelo de financiamento dos clubes desportivos, priorizando a formação e as atividades amadoras, em detrimento das modalidades profissionais, que devem caminhar para a autossustentabilidade.
- **Quantificação** e compensação dos custos suportados pelos clubes ao nível da formação e da gestão e disponibilização de infraestruturas desportivas, remunerando de forma justa e adequada as atividades de serviço público desenvolvidas pelos mesmos em substituição da Região.
- **Valorização** da formação e da participação de atletas madeirenses nas equipas profissionais, reforçando o orgulho regional, a identidade desportiva da Madeira e o desenvolvimento de talentos locais.
- **Criação** de um quadro legal favorável ao mecenato desportivo, com incentivos fiscais para empresas e patrocinadores, estimulando o financiamento privado do desporto e capacidade financeira dos clubes regionais.
- **Potencialização** da Madeira como destino de turismo ativo, promovendo atividades ao ar livre como trilhos, surf e escalada, com destaque para as boas práticas ambientais associadas.
- **Criação** de uma carta de equipamentos desportivos, com um levantamento atualizado do estado das instalações desportivas e percursos para desporto outdoor, disponibilizada online para facilitar o acesso e a reserva pelos cidadãos.
- **Promoção** do desporto escolar, fomentando a criação de clubes-escola e parcerias entre escolas e clubes, desenvolvendo um quadro competitivo regional para fortalecer a base desportiva local.
- **Desburocratização** e simplificação dos processos de apoio ao desporto, com total transparência, facilitando o acesso a recursos por todos os clubes e para todas as modalidades desportivas.
- **Planeamento** de espaços desportivos ao ar livre, como circuitos de manutenção e ginásios em parques e jardins, promovendo um estilo de vida saudável e incentivando a prática desportiva pela população.

# FAMÍLIA E DEMOGRAFIA

A promoção de políticas que apoiem as famílias e incentivem a natalidade é essencial para o futuro da Madeira. A Iniciativa Liberal defende medidas práticas e equitativas que eliminem barreiras ao crescimento familiar, assegurem o acesso a serviços de saúde reprodutiva, facilitem a conciliação entre trabalho e vida familiar, e promovam uma educação acessível e de qualidade. Queremos criar condições que valorizem e apoiem as escolhas das famílias, tornando a Madeira um lugar onde seja mais fácil e atrativo construir um futuro próspero e sustentável para as próximas gerações.

- **Criação** do cheque-creche, permitindo que todas as famílias possam escolher a sua creche sem condicionalismos financeiros ou geográficos.
- **Melhoria** do acesso a tratamentos de fertilidade, assegurando que todos os casais possam usufruir de apoio médico especializado sem barreiras financeiras ou geográficas.
- **Inclusão** da proteção da saúde reprodutiva no currículo do ensino médio, promovendo a educação sobre saúde sexual e reprodutiva como pilar para decisões informadas e prevenção de problemas futuros.
- **Expansão** e melhoria dos serviços de cuidados infantis, garantindo maior acessibilidade e qualidade para apoiar as famílias e facilitar a conciliação entre trabalho e vida familiar.
- **Promoção** da flexibilidade de horários de trabalho, com sensibilização dos empregadores para criar condições que favoreçam ambos os pais na gestão da vida familiar e profissional.
- **Implementação** de um abono de família progressivo, com valores ajustados para beneficiar mais as famílias numerosas e apoiar os custos crescentes de criação de filhos.
- **Criação** de um prémio de nascimento progressivo, aumentando o valor concedido a cada filho adicional, incentivando o crescimento familiar e apoiando as despesas iniciais das famílias.



# INTEGRAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL

Garantir a coesão social e o bem-estar de todos os madeirenses é fundamental para uma sociedade mais justa e inclusiva. Queremos reduzir a pobreza e a exclusão socioeconómica através do emprego, da qualificação e do envolvimento ativo das famílias e comunidades, substituindo a dependência do Estado por soluções que capacitem as pessoas. A Iniciativa Liberal defende serviços sociais eficientes, apoios direcionados a quem realmente precisa e um modelo que, sempre que possível, recorra a parceiros sociais e privados, garantindo respostas mais ágeis e eficazes. Apostamos no combate à pobreza infantil, no apoio a famílias e idosos através de redes de proximidade e na inclusão ativa de beneficiários de apoios sociais, sempre com um objetivo claro: capacitar e não aprisionar. Queremos promover o envelhecimento ativo e uma integração digna dos imigrantes, baseada na autonomia e no mérito, e não no assistencialismo. Uma Madeira mais integrada e solidária nasce de políticas que libertam as pessoas, fortalecem as comunidades e deixam para trás a instrumentalização política da ação social.

- **Transformação** dos apoios sociais em ferramentas de mobilidade social, substituindo subsídios assistencialistas por **formação e mentoring das famílias**, garantindo independência financeira e prevenindo a **pobreza infantil e geracional**.
- **Reformulação do RSI**, premiando o **trabalho comunitário ou a integração em projetos locais**, promovendo inclusão social ativa e eliminando dependências prolongadas.
- **Simplificação e digitalização** dos serviços sociais, eliminando burocracia e assegurando que os apoios são concedidos com eficiência e transparência, evitando desperdícios e favorecimentos.
- **Promoção do envelhecimento ativo**, envolvendo **ginásios, centros de dia, juntas de freguesia e empresas** para reforçar a autonomia pessoal e evitar institucionalizações desnecessárias.
- **Expansão** de redes de proximidade para idosos, incluindo **teleassistência avançada e habitação colaborativa (cohousing)**, reduzindo a solidão e promovendo suporte mútuo sem dependência excessiva do Estado.
- **Revisão do regime do cuidador informal**, assegurando suporte sustentável às famílias, promovendo a descentralização dos cuidados e incentivando soluções privadas e comunitárias.
- **Garantia** de acessibilidade progressiva em espaços públicos e privados, incentivando adaptações sem custos excessivos e eliminando entraves burocráticos à modernização urbana.
- **Criação de incentivos para empresas que contratem pessoas com deficiência**, promovendo inclusão pelo mercado de trabalho e não pela dependência de subsídios.
- **Adaptação** do sistema educativo para garantir acessibilidade plena, dando autonomia às escolas para desenvolverem soluções inclusivas sem entraves administrativos.
- **Sincronização de tribunais, forças de segurança e organizações de apoio**, garantindo respostas rápidas e eficazes para vítimas de violência doméstica, eliminando redundâncias institucionais.
- **Criação de uma rede de habitação de emergência** para vítimas, gerida em parceria com Investimentos Habitacionais da Madeira, autarquias e privados, promovendo independência e reabilitação.

- **Promoção de campanhas educativas e capacitação de profissionais de saúde e educação**, garantindo prevenção e diagnóstico precoce, sem necessidade de expansão do aparelho estatal.
- **Garantia** de que a integração de imigrantes se baseie na aplicação rigorosa da lei, assegurando segurança, convivência pacífica e oportunidades iguais, sem favorecimentos assistencialistas.
- **Promoção** da autonomia dos imigrantes através do **empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho**, evitando a dependência prolongada de subsídios estatais.



# MADEIRA COM FUTURO

 iniciativa  
liberal